UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

LUCAS ALVES DA SILVA

ECONOMIA SOLIDARIA: autogestão e cidadania

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2021

LUCAS ALVES DA SILVA

ECONOMIA SOLIDARIA: autogestão e cidadania

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico,
apresentado à Coordenação do Curso de Graduação
em Direito do Centro Universitário Doutor Leão
Sampaio, em cumprimento às exigências para a
obtenção do grau de Bacharel.

Orientador: Me. Rita Fabiana Arrais do Nascimento.

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2021

LUCAS ALVES DA SILVA

ECONOMIA SOLIDARIA: autogestão e cidadania

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso de LUCAS ALVES DA SILVA.

Data da Apresentação 27/11/2021

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Me. Rita Fabiana Arrais do Nascimento

Membro: Dra. Francilda Alcantara Mendes

Membro: Me. Pedro Adjedan David de Sousa

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2021

ECONOMIA SOLIDARIA: AUTOGESTÃO E CIDADANIA

Lucas Alves da Silva¹
Rita Fabiana Arrais do Nascimento²

RESUMO

O debate sobre economia solidária tem ganhado importante espaço no meio acadêmico, pois objetivam buscar alternativas viáveis de produção que se contraponham ao capitalismo predatório. O presente artigo tem por objetivo discutir a Economia Solidaria e a Autogestão no exercício da cidadania interna dos empreendimentos bem como os processos organizacionais dos empreendimentos cooperativistas sob o ponto de vista teórico. Fez-se necessário a apresentação dos conceitos base, bem como questionar aspectos que podem interferir nos processos de autogestão dos empreendimentos solidários, dificultado assim seu fomento e por vezes sua extinção. O método para a realização do levantamento destes dados se dá através de uma pesquisa bibliográfica, tendo uma revisão literária como base nas obras de Rios (1987), Singer (1987), Lima e Pires (2017) e Sguarezi (2020). O resultado deste estudo contribui com a ampliação das discussões acerca da Economia Solidaria e Autogestão, seus modelos organizacionais e práticas voltadas ao exercício da democracia participativa dos empreendimentos solidários.

Palavras Chave: Economia Solidaria. Autogestão. Cooperativismo. Cidadania.

ABSTRACT

The debate on solidarity economy has gained important space in the academic world, as they aim to seek viable production alternatives that oppose predatory capitalism. This article aims to discuss the Solidarity Economy and Self-Management in the exercise of internal citizenship in enterprises as well as the organizational processes of cooperative enterprises from a theoretical point of view. It was necessary to present the basic concepts, as well as questioning aspects that can interfere in the self-management processes of solidarity enterprises, thus hindering their promotion and sometimes their extinction. The method for carrying out the survey of these data is through a literature review, having a literary review based on the works of Rios (1987), Singer (1987), Lima and Pires (2017) and Sguarezi (2020). The result of this study contributes to the expansion of discussions about Solidarity Economy and Self-management, its organizational models and practices aimed at the exercise of participatory democracy in solidarity enterprises.

Keywords: Solidarity Economy. Self-management. Cooperativism. Citizenship.

1 INTRODUÇÃO

¹ Graduando do Curso de Direito do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio/Unileão
lukkasalves98@gmail.com

² Professora do Centro Universitário de Ciências Aplicadas Doutor Leão Sampaio, graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (2001) e Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2008) ritafabiana@leaosampaio.edu.br

Nos últimos anos, o tema, economia solidária tem ganhado importante espaço nos debates acadêmicos em diferentes áreas do conhecimento, especialmente no campo das ciências sociais. Envolve um amplo leque de ações sociais e coletivas voltadas à geração de trabalho, renda e a projetos de desenvolvimento local sob o princípio da autogestão (SILVA, 2017).

A partir de 1970 profundas transformações social e econômicas modificaram os aspectos relacionados a produção e geração de capital, bem como alteraram a dinâmica trabalhista, o desemprego em massa começou o seu retorno, grande parte da produção industrial mundial foi transferida para países onde as conquistas do movimento operário nunca se realizaram, o que provocou a desindustrialização dos países centrais e mesmo de países subdesenvolvidos como o Brasil, eliminando muitos milhões de postos de trabalho formal. Tais mudanças trouxeram um alargamento do abismo que separa as classes mais ricas das que ficaram a margem dessa transformação (MEDEIROS, CUNHA, 2012; SINGER, 2002).

Meados de 1990 um intenso movimento para minimizar o abismo gerado pelo acúmulo de capital, e a tentativa de atenuar os impactos ambientais do capitalismo predatório trouxeram a vista, maneiras de pensar uma “nova” economia, modelos econômicos como a Economia Solidaria tornaram-se mais evidentes.

Este modelo surge como “uma relevante alternativa para a classe trabalhadora ante as alterações ocorridas no mundo do trabalho nos últimos anos” (MEDEIROS, CUNHA, 2012). Trata-se de uma forma autônoma de gerir os recursos humanos e naturais de maneira que as desigualdades sociais sejam reduzidas a médio e longo prazo visando o bem-estar social, econômico, político e cultural.

Nesse contexto, tem-se na autogestão um pilar importante da Economia Solidaria, pois, se trata de um conjunto de práticas organizacionais, na forma de gerenciamento coletivo, onde a corresponsabilidade está em evidência. Nesse cenário, a tomada de decisões e os debates acerca dos empreendimentos solidários tornam-se um amplo campo para o exercício da democracia.

Frente a um cenário de crise do capital, onde a sociedade busca modelos econômicos mais inclusivos, tem-se na Economia Solidaria (ES) uma alternativa ao capitalismo predatório. É nesse contexto que surge a indagação, problema: A economia solidaria e seus processos democráticos e de autogestão impulsionam o exercício da cidadania?

O objetivo principal da pesquisa é discutir a Economia Solidaria e a Autogestão no exercício da cidadania interna dos empreendimentos bem como os processos organizacionais dos empreendimentos cooperativistas sob o ponto de vista teórico. Para o alcance desse objetivo se fez necessário tratar acerca da autogestão no processo de democracia e tomada de decisões nos empreendimentos, bem como dialogar com o cooperativismo no processo organizacional deles.

A pesquisa quanto à natureza se desenvolveu básica, pois objetiva gerar novos conhecimentos úteis para o avanço científico, sem a necessidade de aplicação prática. (PRODANOV, FREITAS, 2013). O caráter descrito alicerça os objetivos propostos. Para Triviños (1987), essa categoria de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade. Sua abordagem caracteriza-se como qualitativa. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para Fonseca (2002), qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Assim, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meio impresso (livros, revistas, etc.) e digitais (sites específicos, artigos digitais, etc.).

A motivação de sustentação do presente estudo é a necessidade de compreender as transformações socioeconômicas que visam contrapor o modelo hegemônico, visto que a economia solidaria se pretende como relevante alternativa para a classe trabalhadora. Desta forma, dada a conjuntura social é necessário pensar alternativas que incluam economicamente as pessoas que sofrem com o capitalismo predatório. Assim, este estudo tem a necessidade de refletir a autogestão no processo de cidadania na economia solidaria, visto que a mesma parte de um processo de tomada coletiva de decisões que busca a participação efetiva na comunidade, dialogando com o cooperativismo, que se mostra um modelo eficaz de organização de modo a prover sustento para famílias empreendedoras.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA, COOPERATIVISMO E AUTOGESTÃO

2.1 DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A competição econômica, a luta por domínio de mercados tem sido criticada por seus efeitos sociais. A apologia da competição chama a atenção apenas para os vencedores, a sina dos perdedores fica na penumbra. Na economia capitalista, os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras. (SINGER, 2002).

Para Sguarezi (2020), as constantes transformações sociais, econômicas e ambientais, que se acentuaram nas últimas décadas, trouxeram graves consequências ao mundo do trabalho. A exclusão social, a concentração de renda e o crescimento da população tem gerados sérios problemas sociais, em evidência o desemprego.

As transformações no mundo do trabalho têm causado mudanças significativas na sociedade, o aparecimento de novas tecnologias está impulsionando o desemprego em todo mundo, quando não, tem-se um processo de precarização do trabalho, mais horas trabalhadas, salários e benefícios incapazes de possibilitar uma vida digna.

Para Schütz e Gaiguer (2006), o termo economia solidária abrange uma série de experiências organizacionais, de associação para fins de assegurar a sobrevivência dos trabalhadores e de enfrentar problemas comuns, de interesse coletivo. A organização desses trabalhadores em um empreendimento econômico que lhe garante ocupação e renda, além de propiciar melhoria nas condições de vida, estimula práticas que colaboram para a tomada de consciência dos sujeitos frente a temas que extrapolam a gestão do empreendimento. Ao desenvolverem a gestão coletivamente, os trabalhadores são estimulados a exercerem sua cidadania.

A economia solidária pode ser caracterizada como um esforço de construção de uma alternativa à produção e de sua distribuição sob a lógica do capital. Isto é, no lugar dos interesses do capital, busca-se afirmar a primazia da centralidade humana, as necessidades de quem produz. (MARÉCHAL, 2000).

Em mesmo sentido Sguarezi (2020) traz que, como resposta a permanente crise do capital e os problemas ocasionados por essas mudanças, os movimentos sociais encontram na economia solidaria e na autogestão uma alternativa para a geração de trabalho e renda apoiados na sustentabilidade.

Uma economia sustentável, os mecanismos de mercado não asseguram a equidade na distribuição não só de bens, mas, também, de oportunidades. A sustentabilidade, na verdadeira acepção da palavra, deve buscar o equilíbrio não da riqueza, mas das condições de vida, da igualdade e da dignidade não só da pessoa humana, mas das condições de vida do humano e do não-humano. (SGUAREZI, 2020).

Para Sguarezi (2020), a economia solidaria e a autogestão dialoga com a questão social, mostrando-se não apenas uma alternativa inteligente, mas viável, dando respostas concretas ao impacto provocado pela introdução das novas tecnologias no mundo do trabalho.

A economia solidaria traz consigo um projeto de desenvolvimento local sustentável, com a capacidade de alavancar pequenos grupos e localidades esquecidas por políticas públicas. Esses empreendimentos solidários acendem a esperança da classe trabalhadora de libertar-se do despotismo do emprego e encontrar realização no trabalho. (SGUAREZI, 2020).

Para Sguarezi (2020), os empreendimentos solidários comportam intrinsecamente o compromisso com o local e com essa perspectiva de sustentabilidade. Geralmente a proximidade dos indivíduos e a reciprocidade entre eles é um fator determinante de relações e de socialização. Além disso, essas alternativas articulam entre si o político, o econômico, o social e o ambiental, sem um prevalecer sobre o outro. Isso ocorre não só internamente, ultrapassa os limites físicos dessas organizações promovendo uma transformação social interna e externa promovida pelas práticas dos empreendimentos econômicos solidários. No entanto, isso ocorre na medida em que os sujeitos desse processo mantêm vivo o processo de reflexão em relação às suas práticas internas e a sua relação com outros sujeitos e com a comunidade.

Para Singer (2002), o capitalismo produz desigualdade crescente, verdadeira polarização entre ganhadores e perdedores. Enquanto os primeiros acumulam capital, ganham posições e crescem em suas carreiras, os últimos acumulam dívidas pelas quais pagam juros cada vez maiores, são despedidos e ficam desempregados até que se tornam não empregáveis.

Sguarezi (2020), ao tratar da economia solidaria, evidencia sua forma de relação de produção diferente do modo capitalista, as condições de produção nos empreendimentos solidários modificam as relações dos indivíduos entre si. Tem-se então que as relações não são construídas na ótica da competitividade e da exclusão elas ocorrem a partir da solidariedade.

No entendimento de Singer (2002), para podermos ter uma sociedade em que predomine a igualdade entre todos os seus membros, é preciso que a economia seja solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica devem cooperar entre si em vez de competir. O que corresponde com a divisão do trabalho entre empresas e dentro das empresas. Cada um desempenha uma atividade específica da qual resulta um produto que só tem utilidade quando complementado pelos produtos de outras atividades. A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar.

A partir da segunda metade dos anos 1970, quando o desemprego em massa começou o seu retorno. Nas décadas seguintes, grande parte da produção industrial mundial migrou para países onde as conquistas do movimento operário nunca se realizaram. O que provocou a desindustrialização dos países desenvolvidos e mesmo de países subdesenvolvidos como o Brasil, eliminando milhões de postos de trabalho formal. (SINGER, 2002).

A Economia Solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à seu modo de produção. O crescimento da economia solidária não precisa inteiramente do apoio do Estado e do fundo público, sobretudo para o resgate de comunidades pobres, cerceadas do mínimo de recursos que permita começar algum processo de autoemancipação. Mas, para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana. (SINGER, 2002).

É em seguir esses princípios na vida cotidiana que Sguarezi (2020) traz que os empreendimentos econômicos solidários partilham, entre eles, lógicas fundamentais sob suas óbvias diferenças. Uma lógica fundamental é a autogestão. A autogestão, princípio da economia solidária é importante porque busca novas relações sociais e de trabalho. A organização coletiva é a principal premissa para o modelo de gestão característico da economia solidária, que se funda na democratização das decisões e cooperação nas relações de trabalho.

2.2 DO COOPERATIVISMO

O cooperativismo em sua forma moderna surge como produto da organização capitalista da sociedade, constituindo-se uma reação as dificuldades sociais, políticas e culturais, diante da lógica do acúmulo do capital. A cooperação moderna propõe mudanças na organização econômica da sociedade, mediante a instauração de um sistema baseado em associações-cooperativas, de caráter econômico, postas a serviço das necessidades e interesses de quem trabalha. (FRANTZ, 2012).

Para Frantz (2012), o cooperativismo apareceu, historicamente, como um instrumento para substituir o individualismo pela cooperação, reduzindo custos, riscos, promovendo a colaboração econômica com o objetivo de alcançar melhores resultados. O cooperativismo moderno tem como objetivo a valorização do trabalho humano. Os associados desenvolvem

um racional de associação, deste processo nasce formas de organização que visa atender seus interesses e objetivos.

A cooperativa constitui-se como uma reação aos problemas da distribuição das riquezas entre os seres humanos. A base da organização cooperativa está fundada em dimensões técnicas e políticas do trabalho e associada as consequências sociais daí decorrentes. (FRANTZ, 2012).

Para Frantz (2012), a organização de um empreendimento solidário, ao tirar o indivíduo de seu mundo particular fazendo com que se relacione com outros, pelos laços sociais da amizade, da associação, da cooperação, construindo espaços coletivos, desperta a responsabilidade social e a solidariedade.

O cooperativismo como fruto do movimento operário resultou na criação de um modelo de associação com as seguintes características: propriedade cooperativa, gestão cooperativa e repartição cooperativa. (RIOS, 1987).

Segundo Rios (1987), A primeira característica expressa que estamos diante de uma associação de pessoas e não de capital. Isto é, a propriedade é atribuída aos associados, independentemente das contribuições financeiras individuais à constituição da sociedade. A segunda característica, gestão cooperativa, significa que o poder de decisão é competência da assembleia dos associados. Por fim, a terceira característica, a repartição cooperativa, indica que a distribuição das sobras financeiras no final do trabalho deve ser feita de maneira diversa da que ocorre em uma empresa capitalista. Na primeira, a distribuição ocorre segundo a participação dos associados na operação dela, assim, não tratamos aqui de lucro extraído do trabalho de assalariados, e sim de lucro originado do trabalho direto dos próprios associados.

A propriedade cooperativa garante uma paridade entre os associados, para não proporcionar tratamento diferenciado ou hierárquico devido o uso da propriedade, assim, tem-se que a propriedade a todos pertencem sem distinções. A gestão cooperativa garante a democracia e a primazia do trabalho sobre o capital na cooperativa, hoje está característica encontra-se enfatizada no direito a voto por associado “um voto por cabeça” visto como essencial para haver democracia na cooperativa e, autogestão. A repartição cooperativa permite que o excedente financeiro seja destinado aos associados de maneira proporcional a colaboração para os resultados do empreendimento.

O fato de uma cooperativa não poder manter existência independentemente das atividades de seus associados, conjugado ao princípio de que uma cooperativa é formada para prestar serviços a seus associados e não para auferir lucros, confere uma marca distinta ao ‘capital social’ da cooperativa. No sistema cooperativo, constitui princípio fundamental que o

‘excedente disponível’ seja devolvido aos cooperados na proporção de sua participação nas operações comerciais. O excedente é, pois, restituível aos associados na proporção do uso dos serviços da cooperativa. (RIOS, 1987).

Para Rios (1987), a forma cooperativa da organização mantém, não só a unidade entre propriedade e controle, mas também, a unidade entre o uso e controle da empresa. O associado da cooperativa não é somente um co-usuário da empresa; é um coparticipante na tomada de decisões e um fiscal na aplicação destas.

Segundo Rios (1987), uma cooperativa define-se como uma associação voluntária com fins econômicos, podendo nela ingressar os que efetivam à base de “um homem, um voto”, e cada membro colabora para a constituição do capital social, mas os benefícios não se repartem segundo o capital subscrito, mas na proporção do volume de negócios realizado entre a cooperativa e cada associado. Isso ocorre porque, como uma cooperativa é formada para prestar serviços a seus associados e não obter lucros, as ‘cotas’ de uma cooperativa são contribuições dos associados para o estabelecimento e a manutenção desses serviços mútuos, ‘a preço de custo’.

Disso sucede o princípio de que o ‘excedente disponível’ (lucro) seja restituído aos cooperados na proporção de sua participação nas operações comerciais. Afinal, a cooperativa trabalha para seus associados, não para si própria como empresa. (RIOS, 1987).

2.3 DA AUTOGESTÃO

Uma empresa autogerida é aquela em que as decisões são tomadas de maneira coletiva, através do consenso de seus participantes, desta forma temos uma ruptura do modelo hierárquico e burocrático. Este modelo busca melhor participação de seus colaboradores para o desenvolvimento de suas atividades.

A empresa solidária, ao se contrapor ao capitalismo, busca se desvencilhar do modelo tido como padrão de gerenciamento de empresas. Desta forma, em seus processos internos, os empreendimentos buscam reduzir a autoridade hierárquica, diminuir a burocracia em seus processos de decisões e de produção e atingir maior participação na tomada de decisões de seus cooperados.

De acordo com Gallino (2005), a ideia da autogestão possui origens remotas na ideologia do movimento operário. Tendo a crença que a superação da alienação e do domínio de classe deviam ser perseguidas pelo aumento do controle dos trabalhadores sobre as condições do próprio trabalho e sobre o modo de regular o conjunto da produção social.

Para Sguarezi (2020), é com o fortalecimento do Estado capitalista que a autogestão se torna uma ideia, uma iniciativa dos operários de garantir condições de se contrapor a ordem hegemônica vigente. É nessa realidade que a autogestão se firma como uma forma da busca da autonomia, da liberdade e da organização dos trabalhadores nas mais diferentes áreas.

O movimento da autogestão busca a superação da hierarquia da divisão do trabalho, da burocracia e do assalariamento. É uma ferramenta de caráter pedagógico de formação e de educação, pois a autogestão exige a participação de todos os sujeitos em relação de igualdade não só no processo de produção, mas também no processo de tomada de decisão do empreendimento. (SGUAREZI, 2020).

Segundo Sguarezi (2020), a participação em todas em todas as esferas econômicas torna todos proprietários e trabalhadores ao mesmo tempo, eliminando os níveis hierárquicos. Trabalhadores sem patrões, operários sem chefes. Essa forma de organização requer uma nova postura dos sujeitos, uma nova forma de agir e de pensar. Fazendo com que os associados precisem protagonizar, planejar, tomar decisões e executar tarefas. Isso exige cooperação, confiança, competência técnica e política, mas, principalmente, solidariedade. Exige também uma nova postura nas relações de produção e na compreensão do mundo do trabalho.

A questão da autogestão é fundamental para caracterizar um novo tipo de cooperativismo, que reata com as tradições revolucionárias, revelador de uma nova concepção de democracia. Ela mostra uma transformação radical quanto à maneira como são pensadas as questões da fome, da miséria e da exclusão.

A economia capitalista se utiliza da heterogestão, ou seja, a administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as ordens e instruções fluem de cima para baixo e as informações e consultas de baixo para cima. Os trabalhadores do nível mais baixo sabem muito pouco além do necessário para que cumpram suas tarefas, que tendem a ser repetitivas e rotineiras. À medida que se sobe na hierarquia, o conhecimento sobre a empresa se amplia porque as tarefas são cada vez menos repetitivas e exigem iniciativa e responsabilidade por parte do trabalhador. Nos níveis mais altos, o conhecimento sobre a empresa deveria ser (em tese) total, já que cabe a seus ocupantes tomar decisões estratégicas sobre os seus rumos futuros. (SINGER, 2002).

Singer (2017) destaca que a empresa solidária é administrada democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. Quando o empreendimento solidário possui pequeno porte, todas as decisões são tomadas em assembleias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando necessário. Quando o empreendimento tem grande porte, assembleias-gerais são mais raras

porque é muito difícil organizar discussões significativas entre muitas pessoas. Então os sócios elegem representantes por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos.

A autogestão se realiza, quando todos os sócios se informam do que ocorre na empresa e das alternativas disponíveis para a resolução de cada problema. A autogestão se pretende eficiente em tornar empresas solidárias, além de economicamente produtivas, centros de interação democráticos e igualitários (em termos), que é o que seus sócios precisam. (SINGER, 2017).

3 DESAFIOS DA GESTÃO COLETIVA E PARTICIPAÇÃO

Faz-se necessário observar que certas situações podem comprometer o empreendimento solidário. A gestão do empreendimento concentrada por determinado grupo de associados, bem como a hierarquização das atividades e contratação de terceiros quando os empreendimentos crescem, tendem a matar o modelo autogestionário. O que deveria ser usado para promover igualdade, participação comunitária na tomada de decisões e uma melhor qualidade de vida para os trabalhadores, acaba por manifestar iguais características dos empreendimentos capitalistas.

Para Lima e Pires (2017), tem que geralmente, as empresas governadas pelos trabalhadores são consideradas pela Economia Solidaria como autogestionárias. Porém, para alguns autores, a citar Faria (2009); Guimarães et al., (2006), questionam a utilização deste adjetivo para caracterizar esses empreendimentos cooperativistas. Para eles, a terminologia autogestão está relacionado a forma de organização social, ou seja, no entendimento desses autores só é possível falarmos de uma sociedade autogestionária, mas não em empresas autogestionária, visto que elas estão inseridas no mercado capitalista. Sendo assim, a “autogestão” seria restrita, parcial, e incapaz de ir além dos limites do empreendimento.

Entende Lima e Pires (2017) que, o primeiro obstáculo para os empreendimentos de gestão coletiva é o número de sócios, pois empreendimentos menores costumam ter estruturas administrativas simplificadas, facilitando a reunião dos sócios e suas tomadas de decisões conjuntas.

Ao citar Simmel (1983), Lima e Pires (2017) ressalta que o crescimento dos grupos diminui a interação entre seus membros que faz com que passe a ser necessário a existência de órgãos e instancias que representem sua manutenção. Isto é, ao estudar determinado grupo de cooperativas, Lima e Pires (2017) pode observar que em cooperativas com grande número

de trabalhadores tem dificuldades em reunir o coletivo de sócios. Em suas pesquisas³ observaram a dificuldade de lideranças em conscientizar sobre as características do cooperativismo.

Porém, esta situação não significa necessariamente que não há efetivação de uma democratização e controle coletivo da gestão. O dia a dia das cooperativas e a representação coletiva dos sócios passam a ser feitas por uma diretoria, ou um conselho administrativo. Em assembleia geral o grupo gestor é eleito e tem um mandato definido. A rotatividade dos membros que compõem os cargos de direção é definida pelo estatuto do empreendimento. (LIMA, PIRES, 2017)

Esteves (2017) em seu trabalho⁴ traz a citação de (BERNSTEIN,1966), visto seu argumento contra as empresas de trabalhadores, ao dizer que a divisão do trabalho e a hierarquia criada com o aumento do número dos cooperados na empresa solidaria é uma contradição em si própria, visto a presunção de igualdade nas cooperativas, e o ideal democrático. Que logo se rompe quando atinge certo tamanho, pois logo surge a diferenciação de funções e, com ela, a subordinação.

Lima e Pires (2017) trata disso ao citar que, embora haja regras que delimitem a duração de mandatos e que estabeleçam a rotatividade dos cargos de direção, pode-se perceber que, havia uma tendência de um mesmo grupo societário ficar na direção do empreendimento por vários anos. Em sua maioria, este grupo societário é formado por cooperados que estão desde o início, na maioria das vezes tendo um processo fundamental na organização coletiva.

Desta forma, explica o pouco interesse ou envolvimento de outros cooperados, visto que as direções tendem a ficar com o mesmo grupo de cooperados. Ao impedir que outros cooperados assumam postos de direção acaba afetando também as discussões que envolvam a possibilidade de incluir novos sócios a cooperativa. (LIMA, PIRES, 2017)

Esteves (2017) diz que o abuso dos mandatos, e a gerência dos empreendimentos por um só grupo dificulta a responsabilização dos trabalhadores pelo trabalho, diminui o envolvimento dos cooperados com as questões do grupo ou da gestão da cooperativa, dificultando assim que atuassem como sócios-trabalhadores. Nas cooperativas por ele

³ PIRES, Aline Suelen. LIMA, Jacob Carlos. Fábricas Recuperadas pelos Trabalhadores: os dilemas da gestão coletiva do trabalho. Caderno CRH, Salvador: v. 30, n. 79, p. 69-87, 2017.

⁴ Desafios da autogestão: apontamentos sobre os dilemas do crescimento e da subordinação. In: André Souza & Maria Zanin (Organizadores). A economia solidária e os desafios globais do trabalho. São Carlos: EDUFSCar/FAPESP, 2017. (pp. 135 – 145).

pesquisadas, embora os trabalhadores soubessem que eram sócios muitos se sentiam como empregados.

Esteves (2017) chama de “dilema do sucesso”, pois é quando o sucesso da empresa autogestionária provoca dois efeitos: 1) ocorre a ruptura da igualdade quando a contratação de trabalhadores assalariados; 2) ocorre a concentração de propriedade com um grupo de sócios, que em algum momento decidem pela venda do empreendimento para um grupo capitalista.

Devemos entender as cooperativas como aquelas que possuem identidade entre direitos laborais e direitos de propriedade. Por tratar-se de uma estrutura criada pelos moldes dos princípios cooperativistas, onde o intermediário trabalhista é substituído pelo vínculo associativo, não pode haver a contratação de assalariados. Se houver assalariados, não há que se falar mais na identidade citada, pois passa a ter a separação dos direitos laborais, que fica restrito a um grupo, dos direitos de propriedade que passa a pertencer a outros, assim, não mais existindo autogestão ou cooperativa de trabalho. (ESTEVES, 2017).

Para Sguarezi (2020), o processo de administração e de gestão na perspectiva da economia solidária, é um processo educacional que é exigente de novas formações sociais. Para que haja um processo de conscientização e necessário a abertura do humano. Uma abertura para enfrentar as angústias e as incertezas do desafio da autogestão. Requer uma mudança paradigmática da heterogestão para a autogestão. Tomar consciência disso exige desprendimento e ousadia. Se na fábrica tem quem pensa pelo trabalhador, nos empreendimentos econômicos solidários a autogestão exige do trabalhador além da solidariedade a competência técnica, política e organizativa.

Em mesmo sentido, Lima e Pires (2017) trazem que é necessária uma educação constante para a autogestão de forma a manter o trabalho cooperativo, visto que o capitalismo e a sua lógica da concorrência dificultam essa prática. Assim, requer uma mudança cultural ampla na mentalidade dos trabalhadores para que se aplique a lógica autogestionária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir a Economia Solidária e a Autogestão no exercício da cidadania interna dos empreendimentos bem como os processos organizacionais dos empreendimentos cooperativistas constituiu-se no objetivo geral dessa investigação. Durante esta investigação pode-se atender o objetivo geral ao apresentar conceitos básicos que definem a Economia Solidária e a Autogestão bem como seus processos de organização, tratamos da participação

de seus associados no processo de tomada de decisões de modo a viabilizar o trabalho e o desenvolvimento das empresas de economia solidaria solidarias.

Ao se dialogar acerca da autogestão no processo de democracia e tomada de decisões nos empreendimentos solidários, bem como refere-se o cooperativismo no processo organizacional deles. Pode-se perceber, que o exercício da cidadania nos empreendimentos com relação aos referenciais é parcial. Percebe-se que a questão da tomada coletiva de decisões se destaca nas cooperativas, porém, ao atingir certo ponto de maturidade o empreendimento solidário apresenta certas dificuldades, entre elas, destacamos a baixa rotatividade daqueles que ocupam cargos de gestão e a dificuldade do ingresso de novos membros que por vezes são admitidos de forma assalariada nos empreendimentos.

Embora apareçam contradições, o modelo de Economia Solidaria com seus processos democráticos aplicando a autogestão, quando bem empregados, aumentam a participação de seus associados com a capacidade de alavancar pequenos grupos e localidades esquecidas por políticas públicas desenvolvendo um sentimento de pertencimento criando uma identidade única para a cooperativa e empreendimentos solidários, que supera a imagem da competição presente no capitalista predatório.

Por tratar-se de uma pesquisa bibliográfica na forma de revisão literária, o presente artigo encontra limitações, visto que ele se baseia em livros e periódicos, o que não houve uma aplicação prática. Assim, algumas recomendações podem ser feitas em relação ao resultado obtido, visto que o tema pesquisado está muito longe de ser esgotado em termos acadêmicos, e existe a necessidade do apoio a pesquisas nessa área. Nesse sentido, propomos que a presente pesquisa seja realizada em cooperativas e associações a fim de analisar a participação de seus associados e a gestão empregada nos empreendimentos, bem como o desenvolvimento de políticas internas que venham a manter uma educação constante para a autogestão de forma a perpetuar o trabalho cooperativo, visto que o capitalismo e a sua lógica da concorrência dificultam essa prática.

REFERÊNCIAS

ESTEVES, Egeu. Desafios da autogestão: apontamentos sobre os dilemas do crescimento e da subordinação. In: SOUZA, André & ZANIN, Maria (Organizadores). **A economia solidária e os desafios globais do trabalho**. São Carlos: EDUFSCar/FAPESP, 2017. (p. 135 – 145). ISBN: 978-85-7600-472-1.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí: Editora Unijuí, 2012. 162 p.

GALLINO, Luciano. **Dicionário de Sociologia**. São Paulo: Editora Paulus, 2005. 722p.

MARÉCHAL, Jean-Paul. **Humanizar a economia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

MEDEIROS, Amanda Cristina. CUNHA, Eduardo Vivian da. **Economia Solidária e Desenvolvimento Local: a Prática dos Empreendimentos Econômicos Solidários na Região do Cariri Cearense**. *Desenvolvimento Em Questão*, 10(21), 61–87, set./dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/353> . Acesso em: 03 jun. 2021.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

PIRES, Aline Suelen. LIMA, Jacob Carlos. **Fábricas Recuperadas pelos Trabalhadores: os dilemas da gestão coletiva do trabalho**. *Caderno CRH*, Salvador: v. 30, n. 79, p. 69-87, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/SqNT5SG86HpnBB8PVsDtJtb/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 05 out. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. 80p.

SCHÜTZ; Gabriela, D.; GAIGER, Luiz, I. “O mister de reapreender os vínculos entre a economia e a vida social”. In: ZART, Laudemir, L.; SANTOS, Josivaldo, C. (Orgs). **Educação e Sócio-Economia Solidária. Interação Universidade–Movimentos Sociais**. Série Sociedade Solidária (Vol. 2). Cáceres-MT: Editora Unemat, 2006.

SGUAREZI, Sandro Benedito. **Autogestão e economia solidária: limites e possibilidades**. Digital 2. Ed. [e-book]. Cáceres: Unemat Editora, 2020. Disponível em: http://portal.unemat.br/media/files/Autogest%C3%A3o%20e%20Economia%20Solid%C3%A1ria_EBOOK.pdf . Acesso em: 20 out. 2021.

SILVA, Sandro Pereira. **Economia Solidária e Finanças de Proximidade: realidade social e principais características dos empreendimentos de finanças solidárias no Brasil**. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2270.pdf . Acesso em: 14 set. 2021.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 127p.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.